



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 489/12

Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná é criada em conformidade com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), articulada com o sistema de meio ambiente e educação em âmbito federal, estadual e municipal.

Art. 2º Entende-se por educação ambiental os processos contínuos e permanentes de aprendizagem, em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não-formal, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade de forma participativa, constroem, compartilham e privilegiam saberes, conceitos, valores socioculturais, atitudes, práticas, experiências e conhecimentos, voltados ao exercício de uma cidadania comprometida com a preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, para todas as espécies.

Art. 3º Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público e à coletividade o compromisso de desenvolver a sustentabilidade, o respeito e a valorização da vida em todas as suas formas de manifestação, na presente e nas futuras gerações.

CAPÍTULO II PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I – o enfoque biocêntrico, humanista, democrático, crítico, participativo, inovador e emancipatório;

II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade e diversidade, considerando a interdependência entre as dimensões físicas, químicas, biológicas, sociais e culturais, sob o enfoque da sustentabilidade da vida;

III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva constante do diálogo entre a diversidade dos saberes e do contexto;

IV – a vinculação entre a ética, a educação, a saúde pública, a comunicação, o trabalho, a cultura, as práticas socioambientais e a qualidade de vida;

V – a garantia de continuidade, permanência e articulação do processo educativo com todos os indivíduos, grupos e segmentos sociais;

VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII – a abordagem articulada das questões socioambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII – o diálogo e reconhecimento da diversidade cultural, de saberes, contextos locais e suas relações que proporcionem a sustentabilidade;

IX – a equidade, justiça social e econômica;

X – o exercício permanente do diálogo, da alteridade, da solidariedade, da participação da corresponsabilidade e da cooperação entre todos os setores sociais;

XI – a coerência entre discurso e prática no cotidiano, para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I – desenvolver práticas integradas que contemplem suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos de saúde, históricos, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, filosóficos, estéticos, tecnológicos, éticos, psicológicos, legais e ecológicos;

II – divulgar e socializar as informações socioambientais;

III – estimular o fortalecimento de uma consciência crítica sobre as questões ambientais e sociais;

IV – promover e incentivar o envolvimento e a participação individual e coletiva, de forma permanente e responsável, como um valor inseparável do direito e do exercício da cidadania, visando à promoção da saúde ambiental;

V – estimular a cooperação entre as diversas regiões do Estado do Paraná, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção integrada de sociedades sustentáveis, fundamentada nos princípios da solidariedade, liberdade de ideias, democracia, responsabilidade, participação, mobilização e justiça social;

VI – fomentar e fortalecer a integração com a ciência, as tecnologias apropriadas e os saberes tradicionais e inovadores, tendo como base a ética de respeito à vida, assegurados os princípios desta Lei;

VII – fortalecer a democracia, a cidadania, a mobilização, a emancipação dos povos e a solidariedade como fundamentos para o futuro de todos os seres que habitam o planeta.

CAPÍTULO III

POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 6º São instituídas a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental como partes do processo educativo e da gestão ambiental ampla no Estado do Paraná, ressaltando que todos têm direitos e deveres em relação à educação ambiental, sendo a sua realização e coordenação de competência do Poder Público, por meio das secretarias de estado, com a colaboração de todos os órgãos públicos, empresas estatais, fundações, autarquias e institutos, bem como dos meios de comunicação, organizações não governamentais, movimentos sociais, demais organizações do terceiro setor e organizações empresariais.

§ 1º O Sistema Estadual de Educação Ambiental será implantado com a finalidade de integrar, sistematizar e difundir informações e experiências, programas, projetos e ações, bem como realizar diagnósticos, estabelecer indicadores e avaliar a política de educação ambiental no Estado do Paraná.

§ 2º A Política Estadual de Educação Ambiental deve:

I – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na preservação e conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II – promover e desenvolver a educação ambiental de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar, bem como integrá-la como prática e princípio educativo contínuo e permanente, em todos os níveis e modalidades do ensino formal;

III – promover ações de educação ambiental integradas aos programas de preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV – promover, disseminar e democratizar de maneira ativa e permanente informações e práticas educativas socioambientais numa perspectiva inovadora, transformadora, emancipatória em sua programação;

V – promover programas destinados ao aprendizado e ao exercício da cidadania, visando à melhoria e o controle efetivo sobre o ambiente e os processos de trabalho, bem como sobre as atividades exercidas e respectivos impactos no meio ambiente;

VI – estimular a sociedade como um todo a exercer o controle social sobre as ações da gestão pública na execução das políticas públicas ambientais e atuação individual e coletiva voltadas para a prevenção, identificação, minimização e solução de problemas socioambientais;

VII – desenvolver programas, projetos e ações de educação ambiental voltados a estimular a formação crítica do cidadão no conhecimento e exercício de seus direitos e deveres constitucionais na perspectiva socioambiental, com a transparência de informações sobre sustentabilidade e com controle social.

CAPÍTULO IV

COMPETÊNCIAS E EXECUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 7º Fica criado um Órgão Gestor que coordenará a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental.

Parágrafo único. O regulamento do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental dar-se-á mediante decreto estadual que resultará

da atuação conjunta das áreas da educação ambiental das secretarias de Educação, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Saúde, da Agricultura e do Abastecimento e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Art. 8º São atribuições do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental:

I – elaborar o Programa Estadual de Educação Ambiental com a participação da sociedade e avaliação periódica;

II – coordenar o processo de definição de diretrizes para implementação em âmbito estadual;

III – articular, coordenar e supervisionar os planos, programas, projetos e ações na área de educação ambiental, em âmbito estadual;

IV – assegurar a implementação e o funcionamento do Sistema Estadual de Educação Ambiental;

V – contribuir na elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), a fim de viabilizar o Programa Estadual de Educação Ambiental, bem como os planos, projetos e ações nessa área.

Art. 9º Fica criada a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, composta paritariamente por representantes governamentais e não governamentais, com a finalidade de propor, apoiar, apreciar e avaliar a implantação da Política Estadual de Educação Ambiental e os programas, projetos e ações de educação ambiental, exercendo o controle social.

Parágrafo único. A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental será constituída pelos diversos segmentos da sociedade e regulamentada por decreto estadual.

CAPÍTULO V PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 10. A Política Estadual de Educação Ambiental deve ser desenvolvida na educação formal e não formal, por meio de linhas de atuação inter-relacionadas, a serem detalhadas no Programa Estadual de Educação Ambiental como instrumentos de políticas públicas voltadas:

I – à formação de pessoas e profissionais de todos os segmentos da sociedade, desenvolvendo projetos político-pedagógicos;

II – ao fomento ao desenvolvimento de estudos, pesquisas, métodos e técnicas;

III – à produção e divulgação de material educativo;

IV – ao acompanhamento e avaliação, com a construção participativa de indicadores;

V – ao fomento a políticas, programas e projetos territoriais e setoriais de educação ambiental em todo o Estado do Paraná, tendo como uma das suas ferramentas de financiamento o Fundo Estadual do Meio Ambiente;

VI – ao estímulo à normatização da formação em educação ambiental;

VII – à garantia do acesso democrático à produção e à difusão de informação por meio de programas de comunicação socioambiental e extensão;

VIII – à promoção de processo que possibilite a sinergia entre forças instituídas e instituintes de educação ambiental em todo o território do Estado do Paraná;

- IX – à promoção de políticas estruturantes, intersetoriais e interesferas governamentais;
- protegidas;
- X – à promoção da educação ambiental nas unidades de conservação e demais áreas
- social.
- XI – à introdução da educação ambiental na gestão participativa nos espaços de controle

Seção I

Educação Ambiental no Ensino Formal

Art. 11. Entende-se por educação ambiental no ensino formal aquela desenvolvida de forma presencial ou à distância, no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, englobando:

- I – educação básica:
 - a) educação infantil;
 - b) ensino fundamental;
 - c) ensino médio.
- II – educação superior;
- III – educação especial;
- IV – educação profissional;
- V – educação de jovens e adultos;

VI – educação de comunidades tradicionais como as quilombolas, indígenas, faxinalenses, ribeirinhas, de ilhéus, dentre outras.

Art. 12. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, interdisciplinar, transdisciplinar e transversal no currículo escolar de forma crítica, transformadora, emancipatória, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades.

Art. 13. Os profissionais da educação, em suas áreas de atuação, devem receber formação continuada no período de suas atividades regulamentares com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental e da Política Estadual de Educação Ambiental.

Art. 14. Na autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos nas redes pública e privada, será observado o cumprimento do disposto nesta Lei.

Subseção I

Educação Básica, Educação Especial, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos e Educação de Comunidades Tradicionais

Art. 15. A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, devendo estar contemplada nas diretrizes das disciplinas curriculares.

Art. 16. A educação ambiental deve contribuir para a formação de escolas sustentáveis na gestão, no currículo e nas instalações físicas e estruturais, tendo a Agenda 21 na Escola como um dos

seus instrumentos de implementação a ser inserida no projeto político-pedagógico dos estabelecimentos de ensino.

Subseção II Educação Superior

Art. 17. As Instituições de Ensino Superior devem incorporar em seus planos de desenvolvimento institucional projetos, ações e recursos que proporcionem a implantação das determinações contidas nesta Lei, assegurando a inserção da educação ambiental com os seus princípios, valores, atitudes e conhecimentos nas atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão.

Art. 18. Os cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e à distância, das Instituições de Ensino Superior devem incorporar conteúdos e saberes da educação ambiental em seus currículos.

Art. 19. Nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental é facultada a criação de uma disciplina específica.

Art. 20. Os pressupostos da educação ambiental devem constar do projeto político-pedagógico, que deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e integrada ao conteúdo pedagógico.

Parágrafo único. Os instrumentos de implementação devem observar a Carta da Terra, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, a Agenda 21 e os demais documentos de referência sobre a educação ambiental.

Seção II Educação Ambiental Não Formal

Art. 21. Entende-se por educação ambiental não formal o processo contínuo e permanente desenvolvido através de ações e práticas educativas, executadas fora do sistema formal de ensino para sensibilização, formação, mobilização e participação da coletividade na melhoria da qualidade da vida.

Parágrafo único. O Poder Público estadual e municipal criará, fortalecerá e incentivará:

I – a produção participativa e descentralizada de informações, o acesso democrático e a difusão nos meios de comunicação de massa em programas e campanhas educativas relacionadas ao meio ambiente e tecnologias sustentáveis;

II – o desenvolvimento de redes, coletivos e núcleos de educação ambiental;

III – a promoção de ações por meio da comunicação, utilizando recursos midiáticos e tecnológicos em produções para informar, mobilizar e difundir a educação ambiental;

IV – a ampla participação da sociedade, das instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e demais instituições, na formulação e execução de programas e projetos sustentáveis;

V – o apoio e a cooperação técnica entre os órgãos públicos e as empresas privadas, as organizações não governamentais, coletivos e redes, para o desenvolvimento de programas de educação ambiental a serem desenvolvidos pelo Órgão Gestor;

VI – a sensibilização da sociedade para a importância da participação e acompanhamento da gestão ambiental nas distintas unidades de planejamento;

VII – o desenvolvimento sustentável do turismo e demais atividades econômicas, inclusive das comunidades tradicionais, de forma responsável e comprometida com a dimensão socioambiental;

VIII – a formação e estruturação dos coletivos jovens de meio ambiente no Estado do Paraná, bem como dos demais coletivos que desenvolvam projetos na área de educação ambiental;

IX – os núcleos de estudos socioambientais nas instituições públicas e privadas, tendo em vista o desenvolvimento de pesquisa, difusão do conhecimento e extensão;

X – o desenvolvimento da educação ambiental a partir de processos metodológicos participativos, inclusivos e abrangentes, valorizando o multiculturalismo, os saberes e as especificidades de gêneros, etnias, comunidades indígenas e demais comunidades tradicionais;

XI – a inserção do componente educação ambiental nos programas e projetos financiados por recursos públicos e privados;

XII – a prática da educação ambiental de forma compartilhada e integrada às demais políticas públicas existentes e a serem implementadas;

XIII – a inserção da educação ambiental nos programas de extensão rural pública e privada;

XIV – a formação em educação ambiental para os membros das instâncias de controle social, como conselhos e demais espaços de participação pública permanente nessas instâncias;

XV – a adoção de parâmetros e indicadores para a melhoria da qualidade da vida no meio ambiente através de programas e projetos de educação ambiental em todos os níveis de atuação;

XVI – a capacitação e formação dos gestores sobre as políticas públicas de meio ambiente, com o objetivo de criação e fortalecimento do sistema de meio ambiente.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Cabe ao Conselho Estadual da Educação analisar e aprovar as diretrizes curriculares estaduais para a educação ambiental no ensino formal e, ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, analisar e aprovar as diretrizes estaduais da educação ambiental não formal, as quais devem ser articuladas e integradas e serão apresentadas pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e pelo Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental.

Art. 23. Os Municípios, na esfera de sua competência, poderão definir diretrizes, normas, critérios e orçamento para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental e da Política Estadual de Educação Ambiental.

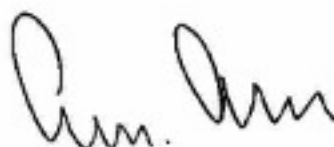
Parágrafo único. Os Municípios poderão constituir um órgão gestor e uma comissão interinstitucional de educação ambiental, com composição regulamentada por decreto municipal, para a construção de um programa municipal de educação ambiental.

Art. 24. Os programas de assistência técnica e financeira, em âmbito estadual, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

Art. 25. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Estadual do Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Educação.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativa Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 605/12

Implementa o Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

Art. 1º Fica autorizada a concessão de crédito outorgado de ICMS, nos termos do Convênio ICMS nº 85, de 30 de setembro de 2011, a estabelecimento enquadrado em programa de investimento que realizar obra de infraestrutura no território paranaense.

§ 1º A concessão do crédito outorgado não poderá exceder, em cada ano, o limite de cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

§ 2º O benefício previsto no *caput*:

I - fica limitado ao valor do investimento realizado;

II - dependerá de prévio termo de compromisso firmado entre o interessado e o Estado do Paraná, definindo o investimento e as condições de sua realização;

III - terá fruição mensal e o valor não poderá ser superior ao débito de ICMS incremental gerado pelo contribuinte no respectivo período de apuração.

Art. 2º As obras de infraestrutura de que trata o art. 1º devem ser necessárias para a implementação ou viabilização do empreendimento enquadrado em programa de investimento.

Art. 3º O Poder Executivo fixará o valor máximo de crédito que será outorgado por obra de infraestrutura integrante do programa de investimento, com base em estimativa de valor da obra estabelecida pela Secretaria de Estado competente, a quem caberá aprovar os projetos e fiscalizar sua execução.

Parágrafo único. O planejamento e a execução do programa de investimento deverão respeitar os princípios da transparência e da eficiência.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários à efetivação desta Lei.

Art. 5º Ficam introduzidas na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, as seguintes alterações:

I – fica acrescentado o § 6º ao art. 5º, com a seguinte redação:

"§ 6º Poderá ser exigido o pagamento antecipado do imposto correspondente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual, relativamente a operações que tenham origem em outra unidade federada, na forma e nos casos estabelecidos pelo Poder Executivo."

II – o inciso III do art. 15 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se a ele as alíneas "a" e "b" e os §§ 2º, 3º e 4º e renumerando seu parágrafo único para § 1º;

III – 4% (quatro por cento):

a) na prestação de serviços de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal (Resolução do Senado nº 95, de 13 de dezembro de 1996);

b) nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior (Resolução do Senado nº 13, de 25 de abril de 2012).

§ 2º O disposto na alínea "b" do inciso III se aplica aos bens e mercadorias importados do exterior que, após seu desembaraço aduaneiro (Resolução do Senado nº 13, de 25 de abril de 2012):

I – não tenham sido submetidos a processo de industrialização;

II – ainda que submetidos a qualquer processo de transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação ou recondicionamento, resultem em mercadorias ou bens com Conteúdo de Importação superior a 40% (quarenta por cento).

§ 3º O Conteúdo de Importação, a que se refere o inciso II do § 2º, é o percentual correspondente ao quociente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual da mercadoria ou do bem.

§ 4º Não se aplica o disposto na alínea "b" do inciso III:

I – aos bens e mercadorias que não tenham similar nacional, a serem definidos em lista a ser editada pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex);

II – aos bens produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, e a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007;

III – em operações com gás natural.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 613/12

Dispõe sobre a
reestruturação do Plano de
Custeio e Financiamento
do Regime Próprio de
Previdência Social do
Estado do Paraná e dá
outras providências.

Capítulo I Dos Beneficiários e do Gestor do Regime Próprio de Previdência Social

Art. 1º O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná compreende o Plano de Benefícios a ser estabelecido com observância das normas constitucionais e o Plano de Custeio que passa a ser fixado nos termos desta Lei.

§ 1º São beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público, os Conselheiros do Tribunal de Contas, os militares da ativa, da reserva remunerada ou reformados, bem como os inativos, dependentes e pensionistas.

§ 2º O Estado do Paraná será responsável pela execução do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, adotando procedimentos que lhe assegure equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 2º A PARANAPREVIDÊNCIA, criada pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, se constitui, nos termos da Constituição Federal, no Órgão Gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Para a perfeita consecução de suas finalidades, a PARANAPREVIDÊNCIA celebrará Contrato de Gestão com o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, e Convênios com os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO II

Do Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná

Seção Única

Dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária

Art. 3º O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná será financiado mediante segregação de massas, por meio de Fundos Públicos de Natureza Previdenciária constituídos pelo Estado com base na disposição contida no art. 249 da Constituição Federal, assim considerados: o Fundo de Previdência, o Fundo Financeiro e o Fundo Militar.

§ 1º Os Fundos Públicos de que trata o *caput* deste artigo são infungíveis, dotados cada um deles de identidade fisco-contábil e jurídica e se destinam, exclusivamente, ao pagamento dos benefícios previdenciários correspondentes, sendo-lhes destinados recursos específicos, inexistindo, em qualquer situação, solidariedade, subsidiariedade ou supletividade entre eles.

§ 2º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária ficam sob gestão da PARANAPREVIDÊNCIA e, em hipótese alguma, poderão ser confundidos com os demais recursos estatais e tampouco com o patrimônio próprio do Órgão Gestor.

§ 3º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária de que trata esta Lei, dada a sua natureza, afetação, origem e finalidade, gozam, nos termos do art. 150, inciso VI, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, de imunidade tributária.

Art. 4º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária serão financiados da seguinte forma:

I – o Fundo de Previdência pela adoção gradual do regime financeiro de capitalização, para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão;

II – os Fundos Financeiro e Militar pelo regime financeiro de repartição simples para o pagamento dos benefícios de aposentadoria, reserva, reforma e pensão.

§ 1º Independentemente do Fundo a que estejam vinculados, os benefícios assistenciais devidos a servidores devem ser processados e custeados diretamente pelo Estado.

§ 2º O processo de adoção gradual do Regime Financeiro de Capitalização e de formação do Fundo de Previdência deverá ser estabelecido a partir das receitas de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Estado do Paraná e de critérios de solvência atuarial mínima indicados nas avaliações atuariais de cada exercício.

§ 3º O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA poderão a qualquer tempo promover encontro de contas, utilizando-se dos mesmos índices econômicos e financeiros, para ajuste de quaisquer débitos.

Art. 5º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária serão compostos:

I - por transferências em espécie apuradas nos termos desta Lei, a partir da receita de contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Estado, acrescidas da respectiva contrapartida, a título de contribuição do ente público, e dos demais recursos a serem repassados, nos termos desta Lei, pelo Tesouro do Estado;

II - por recursos oriundos da compensação previdenciária realizada na forma da Lei, havidos de benefícios devidos aos servidores civis e militares que lhes sejam vinculados;

III - pelo produto das aplicações e investimentos realizados com os respectivos recursos.

§ 1º Atendidas as disposições legais pertinentes, o Fundo de Previdência será composto, além do previsto nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo:

a) por doações e dações efetivadas pelo Estado e que especificamente lhes forem destinadas;

b) por aluguéis, *royalties*, ativos públicos diversos e outros rendimentos derivados dos bens a eles vinculados, inclusive os decorrentes de alienações;

c) pelos demais bens, ativos e recursos orçamentários e extraorçamentários que lhes forem destinados e incorporados, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA;

§ 2º Na integralização dos ativos a que se refere este artigo, devem ser observados os limites fixados em legislação federal e o disposto nos arts. 12 e 21, ambos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 6º As transferências descritas no inciso I do art. 5º poderão ser antecipadas sempre que a solvência atuarial mínima assim exigir.

Art. 7º Observado o disposto nos arts. 5º e 6º desta Lei, o Estado poderá fazer, a título de dotação patrimonial e financeira, dações e doações em favor do Fundo de Previdência de que trata esta Lei, procedendo-as mediante transferência de bens imóveis, móveis, títulos, ações, direitos creditórios e participações, desde que aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

§ 1º Quando se tratar de dação ou doação de ações, seu preço será apurado junto aos Mercados Organizados.

§ 2º Quando se tratar de dação ou doação de imóveis e outros ativos, será processada a respectiva avaliação mediante critérios técnicos e legais aplicáveis.

§ 3º Os bens objeto de dação ou doação, oferecidos pelo Estado ou por outrem, somente serão aceitos pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA caso se enquadrem nas condições estabelecidas na legislação federal, na Política de Investimentos do Órgão Gestor e desde que se revistam de liquidez e rentabilidade e se encontrem em situação de regularidade dominial.

§ 4º O prazo para a deliberação do Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA será de noventa dias contados da formalização da oferta, prorrogável por igual prazo mediante justificativa e, havendo aceite, o Estado terá igual prazo, contado da notificação de aceitação, para concretizar a transferência em favor do Fundo de Previdência.

§ 5º O valor das dações e doações feitas pelo Estado e incorporadas ao Fundo de Previdência será considerado na avaliação atuarial de cada exercício, sem prejuízo do limite mínimo, também atuarialmente fixado, da necessidade de transferências em espécie a que se refere o inciso I do art. 5º desta Lei.

Art. 8º Os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, constituídos por esta Lei, atenderão exclusivamente ao pagamento dos respectivos benefícios previdenciários.

§ 1º Cabe aos Poderes ou Órgãos do Estado que administram orçamento próprio a responsabilidade pelo pagamento das respectivas dívidas pretéritas ou diferenças que decorram de decisões administrativas ou judiciais.

§ 2º Em relação ao Fundo de Previdência, o impacto financeiro e atuarial decorrente da implantação das diferenças a que alude o § 1º deste artigo deverá ser apurado com vistas ao equacionamento de eventual *déficit* atuarial.

Art. 9º Observado o disposto no art. 24 desta Lei, a PARANAPREVIDÊNCIA realizará avaliações atuariais quando do encerramento de cada exercício.

§ 1º Nas avaliações atuariais de que trata este artigo, e observado o disposto nesta Lei, serão reavaliados e indicados os valores para as transferências em espécie que serão efetivadas mensalmente pelo Estado e, nos mesmos termos, se procederá a análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio Atuarial, para dar cobertura aos Planos de Benefícios Previdenciários.

§ 2º Os valores referentes às transferências em espécie, para composição do Fundo de Previdência e ao pagamento dos benefícios vinculados aos Fundos Financeiro e Militar deverão obrigatoriamente estar previstos no Orçamento Geral do Estado, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, proporcionalmente nas respectivas dotações orçamentárias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.

Art. 10. As aplicações e investimentos, a serem efetuados pela PARANAPREVIDÊNCIA com os recursos que compõem os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, submeter-se-ão aos princípios da segurança, rentabilidade, liquidez, transparência e economicidade e obedecerão às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, a partir das quais será elaborada a Política de Investimentos, que deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA.

Parágrafo único. Não incidirão nas aplicações, investimentos, alienações, locações e outras contratações realizadas com os ativos, que compõem os Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, as normas federais e estaduais que disponham sobre licitação.

Art. 11. Observado o disposto no artigo anterior, as aplicações e investimentos efetuados com os ativos dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária deverão buscar a rentabilidade atuarial mínima estabelecida nas avaliações atuariais de cada exercício.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, a PARANAPREVIDÊNCIA contará com um Comitê de Investimentos, com finalidade consultiva, cuja composição e funcionamento será estabelecida em seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III

Da Destinação dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária

Seção I

Do Fundo de Previdência

Art. 12. O Fundo de Previdência atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados, assim considerados os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual após 31 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Os benefícios concedidos aos servidores civis e seus pensionistas, vinculados ao Fundo de Previdência e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo de Previdência.

Seção II

Do Fundo Financeiro

Art. 13. O Fundo Financeiro atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários dos segurados e seus dependentes, assim considerados os servidores públicos estaduais, titulares de cargos efetivos, os magistrados, os membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Os benefícios concedidos aos servidores civis e seus pensionistas, vinculados ao Fundo Financeiro e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo Financeiro.

Seção III

Fundo Militar

Art. 14. O Fundo Militar atenderá ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos segurados, assim considerados os militares do Estado, independentemente de idade, da data de ingresso ou de concessão do benefício.

Parágrafo único. O Fundo Militar atenderá, inclusive, ao pagamento de benefícios aos pensionistas dos militares do Estado.

CAPÍTULO IV

Das Contribuições Previdenciárias

Art. 15. A contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos, dos magistrados, dos membros do Ministério Público, dos Conselheiros do Tribunal de Contas e dos militares da ativa, em favor do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, será de 11% (onze por cento) a incidir sobre a remuneração ou subsídio do cargo efetivo, da graduação ou do posto, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, fixados em Lei.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo deverá ser recolhida ao Tesouro Estadual e comporá o Orçamento Geral do Estado.

§ 2º Nas hipóteses de acumulação de cargos, cargos e proventos, ou proventos, dada a incomunicabilidade destas relações, a contribuição previdenciária deverá ser calculada isoladamente, tomando-se, no que couber, cada um dos cargos de que o servidor seja ou tenha sido titular.

§ 3º A contribuição de que trata este artigo incide sobre a gratificação natalina.

§ 4º No caso de inexistência ou suspensão de remuneração, o servidor poderá optar por proceder ao recolhimento da contribuição previdenciária a que estiver obrigado nos termos desta Lei, cabendo-lhe ainda, o recolhimento da contrapartida da contribuição previdenciária de que trata o art. 16.

§ 5º Nos casos de afastamento para o exercício de mandato eletivo ou cessão sem ônus para o Estado, fica mantida a vinculação com o Regime Próprio da Previdência do Estado, mediante o repasse, pelo órgão em que estiver em exercício, de ambas as cotas das contribuições previdenciárias de que trata o art. 16.

Art. 16. O Estado do Paraná será responsável pela respectiva contrapartida de contribuição mensal em montante igual à contribuição que arrecadar, nos termos do artigo anterior.

§ 1º A contrapartida de contribuição de que trata o *caput* deste artigo, correrá a cargo das dotações orçamentárias próprias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.

§ 2º A não realização da contrapartida de que trata o parágrafo anterior, bem como o não repasse, ao Tesouro do Estado, dos valores retidos em folha de pagamento, independentemente da respectiva responsabilização, autoriza a Secretaria de Estado da Fazenda a proceder à automática retenção e compensação dos valores correspondentes, nas respectivas parcelas orçamentárias duodecimais do mês subsequente.

Art. 17. O total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos segurados e, quando couber dos pensionistas, acrescida da respectiva contrapartida de igual valor, deverá ser destinado, exclusiva e integralmente, ao custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, mediante transferências aos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, a ser processado nos termos estabelecidos por esta Lei.

CAPÍTULO V
Da Composição dos Fundos Públicos de Natureza
Previdenciária
Seção I
Da Composição do Fundo de Previdência

Art. 18. Para composição do Fundo de Previdência, as transferências em espécie, de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei, serão apuradas com base nas receitas de contribuições previdenciárias mensais que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo e de sua respectiva contrapartida de no mínimo igual valor.

§ 1º O Estado transferirá, ainda, mensalmente, em espécie e a título de custeio adicional, o valor apurado mediante a incidência do percentual de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) sobre o total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários custeados pelo Fundo de Previdência.

§ 2º As transferências de que trata este artigo devem ser realizadas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e Instituições de Ensino Superior diretamente ao Tesouro do Estado, de forma impreterível até o último dia útil do mês de competência.

Art. 19. As transferências em espécie previstas no *caput* do art. 18 dar-se-ão de forma escalonada e progressiva, e iniciar-se-á mediante a utilização do percentual de 100% (cem por cento) a incidir sobre a contribuição arrecadada para este Fundo.

§ 1º O percentual estabelecido no *caput* será acrescido, a cada ano, à razão de 5% (cinco por cento), até alcançar 150% (cento e cinquenta por cento).

§ 2º A progressão de que trata o parágrafo anterior poderá ser revista, segundo critérios que forem indicados nas Avaliações Atuariais de cada exercício.

§ 3º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, proceder-se-á a modificação da progressão sempre que isso for apontado pelos índices de liquidez e solvência do Fundo de Previdência, mediante ato do Poder Executivo.

Art. 20. Considerados os pressupostos de capacidade financeira e orçamentária do Estado do Paraná e os critérios de solvência atuarial de que trata o art. 4º desta Lei, o Estado também transferirá, para composição do Fundo de Previdência, a título de custeio suplementar, valores em espécie, que forem apurados, atuarialmente, pelo decremento ou diminuição de seu compromisso para com a folha de pagamento de benefícios do Fundo Financeiro.

§ 1º A fixação do termo inicial do aporte dos valores de que trata o caput deverá se dar a partir do momento em que as avaliações atuariais indiquem que o critério de solvência estabelecido não possa ser mantido sem o aporte dos recursos relativos ao custeio suplementar de que trata este dispositivo.

§ 2º Observado o disposto no art. 16 e parágrafos desta Lei, os valores dos repasses em espécie de que trata este artigo correrão à conta de dotação orçamentária própria, devendo ser inseridos, nas Leis Orçamentárias do Estado e repassados, à PARANAPREVIDÊNCIA, mensalmente, até o quinto dia útil posterior à data em que ocorrer o pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, para composição do Fundo de Previdência.

Seção II

Da Composição do Fundo Financeiro

Art. 21. Para composição do Fundo Financeiro, as transferências em espécie de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei dar-se-ão em montante equivalente ao total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo, acrescida da respectiva contrapartida de igual valor.

§ 1º Além das transferências dos montantes indicados no caput deste artigo, o Estado repassará os valores expressos pelas insuficiências financeiras necessárias à complementação do pagamento das folhas de benefícios vinculados a este Fundo.

§ 2º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão efetivadas em valores líquidos e necessários ao pagamento integral dos benefícios concedidos aos servidores e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro.

§ 3º As transferências de que trata este artigo deverão ocorrer até o dia anterior ao pagamento dos benefícios e, no caso de mora ou inadimplência do Estado, caberá a ele a responsabilidade pelo respectivo pagamento.

§ 4º As transferências de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei devem ser realizadas a cargo de dotações próprias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior diretamente ao Tesouro do Estado, de forma impreterível até o último dia útil do mês de competência.

Seção III

Da Composição do Fundo Militar

Art. 22. Para composição do Fundo Militar, as transferências em espécie, de que trata o inciso I, do art. 5º desta Lei dar-se-ão em montante equivalente ao total das receitas de contribuições previdenciárias que o Estado arrecadar em face dos contribuintes vinculados a este Fundo acrescida da respectiva contrapartida de igual valor.

§ 1º Além das transferências dos montantes indicados no *caput* deste artigo o Estado repassará os valores expressos pelas insuficiências financeiras necessárias à complementação do pagamento das folhas de benefícios vinculados a este Fundo.

§ 2º As transferências de que trata o parágrafo anterior serão efetivadas em valores líquidos e necessários ao pagamento integral dos benefícios concedidos aos militares e pensionistas vinculados ao Fundo Militar.

§ 3º As transferências de que trata este artigo deverão ocorrer até o dia anterior ao pagamento dos benefícios e, no caso de mora ou inadimplência do Estado, caberá a ele a responsabilidade pelo respectivo pagamento.

Capítulo VI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 23. Os recursos adicionais e necessários à cobertura de insuficiências financeiras havidas em face do compromisso com o pagamento dos benefícios devidos aos pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro e ao Fundo Militar correrão a cargo das dotações próprias do Poder Executivo, para os benefícios concedidos até a publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos adicionais e necessários para o pagamento de pensões concedidas após a publicação desta Lei correrão a cargo de dotação orçamentária própria dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Instituições de Ensino Superior.

Art. 24. Os benefícios concedidos aos militares e seus dependentes, vinculados ao Fundo de Previdência e em manutenção na data da publicação desta Lei, permanecerão sendo custeados com recursos do Fundo de Previdência até o último dia do mês civil em que for publicada esta Lei.

Art. 25. As avaliações atuariais de que trata esta Lei deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA e serão homologadas pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, quando do encerramento de cada exercício.

Parágrafo único. A PARANAPREVIDÊNCIA poderá contar com Atuário externo devidamente habilitado, que emitirá Nota Técnica Atuarial e parecer sobre o exercício, do qual constará, obrigatoriamente, análise conclusiva sobre a capacidade dos Planos de Custeio Atuarial, para dar cobertura aos Programas de Benefícios Previdenciários.

Art. 26. O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA devem figurar como litisconsortes em todos os processos judiciais que digam respeito à concessão, manutenção e revisão de benefícios previdenciários custeados pelos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária.

Parágrafo único. Dada a natureza pública dos Fundos de Natureza Previdenciária, o Estado do Paraná será o responsável direto pelo adimplemento de execuções decorrentes das ações em andamento e futuras a que se referem este artigo, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 27. O Plano de Custeio estabelecido nesta Lei passa a vigor a partir do mês subsequente ao de sua publicação.

§ 1º Os percentuais de contribuição previdenciária estabelecidos no art. 15 serão devidos depois de decorrido o prazo de que trata o § 6º do art. 195 da Constituição Federal e que será contado da publicação desta Lei.

§ 2º Durante o período de que trata o parágrafo anterior permanece em vigor o contido no art. 78 da Lei nº 12.398/98.

Art. 28. A PARANAPREVIDÊNCIA deverá proceder a todas as adequações atuariais, financeiras, contábeis, operacionais e estruturais necessárias ao atendimento do disposto nesta Lei, incluindo o balanço de liquidação do Plano de Custeio até então vigente.

§ 1º Os ativos financeiros e imobiliários do Fundo de Previdência, atualmente sob gestão da PARANAPREVIDÊNCIA, reestruturado nos termos desta Lei, compõem o patrimônio desse Fundo e nele permanecerão.

§ 2º Os haveres atuariais apurados e contabilizados pela PARANAPREVIDÊNCIA até a data da publicação desta lei e na liquidação de que trata o *caput* deste artigo, serão recalculados com base no disposto nesta Lei, inclusive no que se refere a eventuais valores conciliados pelo Estado.

§ 3º O Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA realizarão anualmente encontro de contas para apurar contabilmente o compromisso estatal com o Fundo de Previdência.

§ 4º Em face do que dispõe o art. 30 da Lei 12.398/98, os débitos administrativos apurados pela PARANAPREVIDÊNCIA até a data da publicação desta Lei,

serão remidos nos mesmos termos estabelecidos nos parágrafos anteriores.

Art. 29. Ficam o Estado do Paraná e a PARANAPREVIDÊNCIA autorizados a elaborar estudos para a instituição do Regime de Previdência Complementar previsto no art. 40, § 14, da Constituição Federal.

Art. 30. No prazo de doze meses, contados da publicação desta Lei, a PARANAPREVIDÊNCIA deverá rever o seu Estatuto e Regimento Interno, com vistas a adequá-los às modificações decorrentes.

Art. 31. O Contrato de Gestão e os Convênios a que se refere o parágrafo único do art. 2º desta Lei deverão ser celebrados e ou revistos, considerando os termos desta Lei.

Art. 32. O § 2º do art. 103 da Lei nº 12.398/98, passa a ter a redação seguinte:

“§ 2º Para atendimento do disposto neste artigo, o Diretor – Presidente da PARANAPREVIDÊNCIA poderá solicitar servidores públicos de outros órgão ou entidades, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, para que fiquem à disposição da Instituição, os quais permanecerão vinculados ao órgão ou entidade de origem e ao respectivo regime.”

Art. 33. O Poder Executivo fica autorizado a abrir, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais nos orçamentos dos exercícios futuros, necessários à implementação do objeto desta Lei.

Art. 34. O art. 30 da Lei 12.398/98, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 30. São receitas administrativas vinculadas:

I – as importâncias, em dinheiro, vertidas pelo Estado à PARANAPREVIDÊNCIA, especificamente para cobrir os gastos com o custeio administrativo na gestão dos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária, com base na previsão orçamentária anual daquela entidade, aprovada pelo Conselho de Administração e homologada pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, cujos valores não poderão ultrapassar o percentual de 1,5% (um e meio

por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas;

II – o produto das aplicações e investimentos realizados com os recursos das receitas administrativas vinculadas;

III – as rendas que a PARANAPREVIDÊNCIA venha auferir por meio de convênios ou contratos com outras Instituições e outras fontes previstas na legislação.

§ 1º Ficam excluídas da cobertura com os recursos de que cuida este artigo as despesas financeiras específicas, necessária à execução da Política de Investimentos, que serão custeadas com os rendimentos das aplicações dos respectivos Fundos Públicos de Natureza Previdenciária;

§ 2º À Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, supervisora do Contrato de Gestão da PARANAPREVIDÊNCIA, caberá o acompanhamento da realização do orçamento anual e, ao final de cada exercício, fazer ajustes em conjunto com a PARANAPREVIDÊNCIA ou compensações necessários ao cumprimento das necessidades apresentadas e aprovadas no orçamento.

§ 3º Enquanto não homologado pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência a previsão orçamentária mencionada no inciso I, deste artigo, fica assegurado à PARANAPREVIDÊNCIA o repasse mensal, em dinheiro, do percentual de 1% (um por cento) sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas."

Art. 35. Respeitado o contido no § 2º do art. 27 desta Lei, são revogados a alínea "f" do art. 8º, o art. 19, o art. 27 e seu parágrafo único, o art. 28, seus incisos e parágrafos, o art. 29, seus incisos, alíneas e parágrafos, o art. 31, o art. 32 e seus parágrafos, o inciso I do art. 69, o art. 73 e seus parágrafos, o art. 75 e seu parágrafo único, o Título IV e seus arts. 76 com seus parágrafos, 77 com suas alíneas e parágrafos; o Título V e seus arts. 78, com seus incisos, parágrafos e alíneas, 79, 80, 81 e seu parágrafo único, 82 e seus parágrafos, 83, com seus incisos, parágrafos e alíneas, 84, 85 com seus parágrafos e alíneas, 86 com seus incisos e parágrafos, 87 e seus parágrafos e art. 88 e seus parágrafos; o art. 89, seus incisos e parágrafos, o art. 94, o art. 97 e seus incisos, o art. 98, art. 99 e art. 110, todos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art.36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

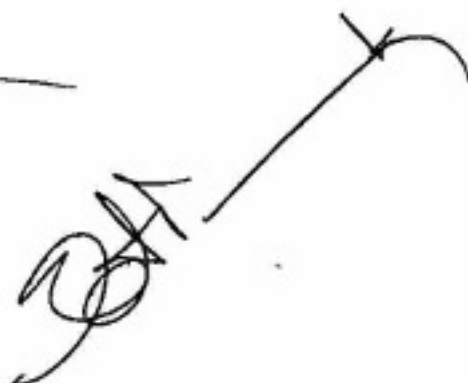
Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

req.08

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLADO-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA
SESSÃO PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA

18 DEZ. 2012

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias, ordinária e extraordinárias do dia 19 de dezembro, próxima quarta-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão votação dos Projetos de Lei 646/12, 647/12, ~~653/12~~, 653/12.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requer**, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias de 19 de dezembro, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação dos Projetos de Lei 646, 647, ~~653/12~~, 653/12 todos do ano de 2012.

Sala das Sessões em, 18 de dezembro de 2012

Handwritten signatures and initials:

- 13 - *[Signature]*
- 12 - *[Signature]*
- 11 - *[Signature]*
- 10 - *[Signature]*
- 9 - *[Signature]*
- 8 - *[Signature]*
- 7 - *[Signature]*
- 6 - *[Signature]*
- 5 - *[Signature]*
- 4 - *[Signature]*
- 3 - *[Signature]*
- 2 - *[Signature]*
- 1 - *[Signature]*
- 14 - *[Signature]*
- 15 - *[Signature]*
- 16 - *[Signature]*
- 17 - *[Signature]*
- 18 - *[Signature]*

PROJETO DE LEI 647/12

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso do imóvel que especifica à Sociedade Árabe de Beneficência – SABEN.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

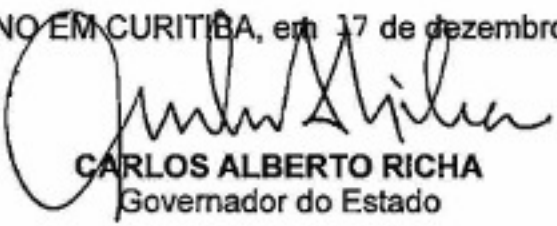
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso à Sociedade Árabe de Beneficência – SABEN, do imóvel constituído por uma área de 10.000,00 m², dentro de área maior de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrito na Transcrição nº 9.128 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para a construção e implantação do Hospital Sírio Libanês do Paraná, retomando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

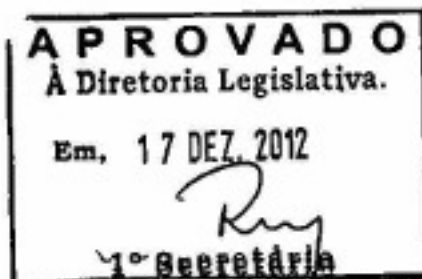
Art. 3º. A presente cessão terá vigência de 50 (cinquenta) anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 17 de dezembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



MENSAGEM
Nº 098 /2012

Curitiba, 17 de dezembro de 2012

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 17/12/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso à Sociedade Árabe de Beneficência – SABEN, do imóvel constituído por uma área de 10.000,00 m², dentro de área maior de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrito na Transcrição nº 9.128 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

A presente proposta consulta aos superiores interesses públicos, eis que o referido imóvel será usado exclusivamente para a construção e implantação do Hospital Sírio Libanês.

Vale ressaltar ainda que, no texto do Anteprojeto de Lei que ora encaminho à aprovação dessa Assembleia Legislativa, constam dispositivos expressos no sentido de que o referido imóvel ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, será utilizado exclusivamente pela SABEN, retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa e que a cessão de uso terá vigência de cinquenta anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.722.777-4



Poder Executivo

Lei nº 17.375

Data 06 de dezembro de 2012

Síntese: Declara de Utilidade Pública a SABEN - Sociedade Árabe de Beneficência do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a SABEN - Sociedade Árabe de Beneficência do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo em Curitiba, em 06 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Miguel Caputo Neto
Secretário de Estado da Saúde

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe de Casa Civil

Ademar Trainor
Deputado Estadual

Lei nº 17.376

Data 06 de dezembro de 2012

Síntese: Declara de Utilidade Pública a ONG - Ninho da Águia, com sede e foro no Município de Nova Esperança.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ONG - Ninho da Águia, com sede e foro no Município de Nova Esperança.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 06 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe de Casa Civil

Teruo Kato
Deputado Estadual

Lei nº 17.377

Data 06 de dezembro de 2012

Síntese: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ivo Pierin.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ivo Pierin.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 06 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Maria Tereza Uille Gomes
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe de Casa Civil

Teruo Kato
Deputado Estadual

Lei nº 17.378

Data 06 de dezembro de 2012

Síntese: Altera o art. 1º da Lei nº 10.476/93, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Trabalhadores da Fundação Social do Paraná - ATFASP.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 10.476, de 15 de outubro de 1993, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - ASSEDS, com sede e foro no Município de Curitiba".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 06 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe de Casa Civil

Reinhold Stephanes Junior
Deputado Estadual

Lei nº 17.379

Data 06 de dezembro de 2012

Síntese: Altera a denominação de entidade declarada de Utilidade Pública conforme Lei nº 10.289/93.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada, nos termos desta Lei, para "Projeto Resgate da Criança e Adolescente - P.R.C.A.", a denominação da entidade constante no art. 1º da Lei nº 10.289, de 17 de maio de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 06 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe de Casa Civil

Fernando Scarnecce
Deputado Estadual

Lei nº 17.380

Data 06 de dezembro de 2012

Síntese: Declara de Utilidade Pública a Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná - FAMED, com sede e foro no Município de Londrina.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná - FAMED, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 06 de dezembro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

Luiz Eduardo Sebastiani
Chefe de Casa Civil

Edson Praszyk
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 647/12

Projeto de Lei nº 647/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.098/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso do Imóvel que especifica à Sociedade Árabe de Beneficência - SABEN.

EMENTA: CESSÃO DE IMÓVEL À SOCIEDADE ÁRABE DE BENEFICÊNCIA - SABEN. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 098/2012, visa autorizar a efetuar a Cessão de Uso do Imóvel que especifica à Sociedade Árabe de Beneficência – SABEN, o qual será usado exclusivamente para a construção e implantação do Hospital Sírio Libanês do Paraná.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

A jurista Hely Lopes Meirelles leciona que "a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente"¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 33, ed., p. 529.



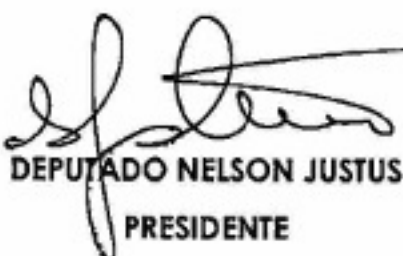
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

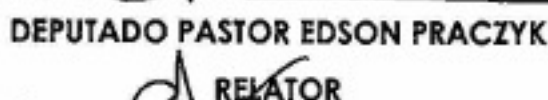


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR

APROVADO
18.12.12


6



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 647/2012

Projeto de Lei nº 647/2012 – Mensagem nº 98/12
Autor: Poder Executivo

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel à sociedade Árabe de Beneficência – SABEN.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 647/2012, de autoria do Poder Executivo autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel constituído por uma área de 10.000,00 m² à sociedade Árabe de Beneficência – SABEN.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 647/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva autorizar o Executivo a ceder um imóvel para a Sociedade árabe de Beneficência para a construção e implantação do hospital Sírio Libanês. Consta ainda no projeto cláusula de inalienabilidade, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, bem como que a vigência será de 50 anos, podendo ser prorrogado por igual período mediante acordo entre as partes.

Cumpra a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos*”, nos termos do disposto no Art. 33- F do Regimento Interno desta Casa de Leis.

III - PARECER DA COMISSÃO

O presente projeto de lei **647/2012** de autoria do Poder Executivo, autoriza a efetuar a cessão de uso do imóvel à sociedade árabe de beneficência - SABEN para construção única e exclusivamente do Hospital Sírio Libanês.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal proposição, já que a construção deste Hospital beneficiará não somente a comunidade árabe, mas de certa forma toda a população.

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito desta matéria em análise por esta Comissão.

Desta forma optamos pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 647/2012, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 18 de Dezembro de 2012.


Francisco Buhrer

Presidente da Comissão


Ademir Bier

Relator



ANTEPROJETO DE LEI 653/12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito externo com o Banco Credit Suisse - AG, destinada à reestruturação da dívida CRC - COPEL, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operação de crédito externo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse - AG, em valor equivalente a até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), a serem convertidos em dólares norte-americanos pela taxa de câmbio em vigor a época do desembolso, destinados à reestruturação da dívida de responsabilidade do Estado do Paraná oriunda do Termo de Ajuste celebrado com a Companhia Paranaense de Energia - COPEL para utilização pelo Estado de créditos desta junto à União Federal, representados pelos saldos remanescentes da Conta de Resultados a Compensar - CRC, assinado em 04 de agosto de 1994, com base no art. 5º, § 4º, da Lei Federal nº 8.727, de 05 de novembro de 1993, e na Lei Estadual nº 10.637, de 14 de dezembro de 1993, bem como dos respectivos termos aditivos, sendo o último deles assinado em 21 de janeiro de 2005.

Art. 2º A operação de crédito será garantida pela República Federativa do Brasil.

§ 1º Para obter a garantia da União com vistas à contratação da operação de crédito externo de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantias ao Tesouro Nacional.

§ 2º As contragarantias de que trata o § 1º deste artigo compreendem a cessão de:

I - direitos e créditos relativos a cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto no art. 159, I, "a", e II, da Constituição da República, ou resultantes de tais cotas ou parcelas transferíveis de acordo com o preceituado na mesma Constituição, respeitada sua vinculação à aplicação especial, quando for o caso;

II - receitas próprias do Estado, a que se referem os arts. 155 e 157 da Constituição da República, nos termos do § 4º do art. 167, acrescentado à Constituição da República pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993.

Art. 3º Os recursos provenientes das operações de crédito serão consignados como receita no orçamento do Estado ou em créditos adicionais.



Art. 4º O orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas a amortização, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em de dezembro de 201



CARLOS ALBERTO RICH

Governador do Estado

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 DEZ. 2012

1º Secretário



MENSAGEM

Nº 099/2012

Curitiba, de dezembro de 2012.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em 17/02/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a realizar operação de crédito externo em moeda estrangeira com o Banco Credit Suisse - AG, em valor equivalente a até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), a serem convertidos em dólares norte-americanos pela taxa de câmbio em vigor a época do desembolso, destinados à reestruturação de dívida de responsabilidade do Estado do Paraná, oriunda do Termo de Ajuste celebrado com a Companhia Paranaense de Energia – COPEL para utilização, pelo Estado, de créditos desta junto à União Federal, representados pelos saldos remanescentes da Conta de Resultados a Compensar – CRC, assinado em 04 de agosto de 1994, com base no art. 5º, § 4º, da Lei Federal nº 8.727, de 05 de novembro de 1993, e na Lei Estadual nº 10.637, de 14 de dezembro de 1993, bem como dos respectivos termos aditivos, sendo o último deles assinado em 21 de janeiro de 2005.

Para justificar a presente medida, é adiante transcrita NOTA TÉCNICA apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda às fls. 05 a 13 do processo protocolado sob nº 11.746.064-9:

"ESCOPO

Analisar a alternativa para a reestruturação do saldo da dívida do Estado do Paraná, doravante simplesmente ESTADO, com a Companhia Paranaense de Energia - Copel, doravante simplesmente COPEL representada pelo Saldo Remanescente da Conta de Resultados a Compensar – CRC, conforme Termo de Ajuste firmado entre o ESTADO e a COPEL em 4 de agosto de 1994 e aditivos.

A PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO

O principal objetivo do projeto de reestruturação da dívida relativa à CRC é promover a redução dos atuais custos financeiros da dívida do ESTADO com a COPEL, cujo contrato estabelece atualização anual pela variação do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP-DI, calculado e publicado



pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, acrescido de juros remuneratórios de 0,538% (quinhentos e trinta e oito milésimos por cento) ao mês, equivalentes a 6,65% ao ano.

Desde o último Termo Aditivo, firmado em 21 de janeiro de 2005, até novembro de 2012, o custo médio dos encargos da dívida relativa à CRC (variação acumulada do IGP-DI mais juros de 6,65% ao ano) foi de 12,53% ao ano, valor excessivamente elevado para a realidade macroeconômica do País nos últimos anos, com impacto significativo para as finanças do ESTADO.

Assim, o Anteprojeto prevê a substituição do atual contrato por outro de custo menor, com taxa de juros pré-fixada, sem indexadores inflacionários e com período de carência para início da amortização do principal. Um novo contrato de financiamento para liquidar as obrigações do ESTADO junto à COPEL, com taxa de juros menores, aumento do prazo total e período de carência, permitirá melhorar o fluxo de caixa do ESTADO e aumentar a capacidade de investimentos em projetos de infraestrutura.

O comprometimento mensal do ESTADO com o pagamento das parcelas relativas à dívida com a COPEL é de cerca de R\$12,5 milhões. Com o pagamento antecipado da dívida da CRC, a economia de recursos em relação ao previsto nos orçamentos anuais do ESTADO ficará liberada para que se possa aumentar os investimentos em infraestrutura, logística de transportes e programas sociais nas áreas de saúde e segurança.

O novo financiamento a ser contraído será denominado em dólares norte-americanos, de tal forma que o ESTADO possa aproveitar a situação extremamente favorável advinda das condições macroeconômicas internacionais, com taxas de juros em níveis historicamente muito baixos, e do cenário favorável para o País, permitindo a atração de recursos internacionais para financiar projetos domésticos.

BREVE HISTÓRICO

A expressiva redução da volatilidade dos indicadores econômicos e das taxas de juros domésticas nos últimos anos têm elevado de maneira expressiva o custo das dívidas contraídas no passado sob condições macroeconômicas mais desfavoráveis. Em função disso, o ESTADO tem procurado alternativas que permitam reduzir o custo da dívida, respeitando integralmente os compromissos assumidos.

A dívida no âmbito da CRC com a COPEL, tanto em função do seu custo elevado (IGP-DI mais 6,65% ao ano) quanto do montante expressivo (saldo devedor de R\$ 1.374.773.776,84 em 30 de novembro de 2012), representa a alternativa mais óbvia para se iniciar o processo de reestruturação do passivo oneroso do ESTADO seguindo, inclusive, o exemplo recente de outros estados

como o de Minas Gerais, que refinanciou todo o saldo devedor no âmbito da CRC com a CEMIG em operação similar à que estamos analisando.

Para viabilizar a operação, o ESTADO, através da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA organizou processo de consulta a instituições financeiras internacionais com o objetivo de viabilizar a operação de crédito nos termos desejados pelo ESTADO, sobretudo com redução do custo e ampliação do prazo. Para garantir as melhores condições disponíveis em mercado para a concretização do financiamento, a SEFA encaminhou o Ofício nº 669/2012 a 5 (cinco) grandes instituições financeiras internacionais com presença expressiva no Brasil informando os termos gerais desejados pelo ESTADO para a reestruturação da dívida. Todas as condições foram detalhadamente apresentadas no referido Ofício, mas sem detalhar exatamente o destino final dos recursos por tratar-se de uma liquidação de dívida com uma empresa listada em bolsa de valores e que poderia ter impacto sobre a cotação de mercado das suas ações.

TERMOS DA PROPOSTA

O prazo remanescente da dívida do ESTADO com a COPEL é de 148 (cento e quarenta e oito) meses, com vencimento em abril de 2025. No Ofício enviado, o ESTADO definiu o prazo mínimo para o novo financiamento de 180 (cento e oitenta) meses. Além disso, estipulou carência mínima para o início da amortização do saldo do principal em 12 meses, com objetivo de aliviar o fluxo de caixa para aplicar recursos nos projetos de infraestrutura. Como acontece nas operações de captação externa, a República deverá ser garantidora da operação, prestando fiança em caráter irrevogável e irretratável das obrigações assumidas.


Os Ofícios foram encaminhados aos seguintes bancos, todos internacionais e com forte presença no Brasil:

Citibank;
Credit Suisse;
Deutsche Bank;
HSBC Bank;
Santander;
UBS.

Da data estipulada para recebimento das propostas, apenas o Credit Suisse apresentou proposta firme de financiamento atendendo os termos que cumpriam as exigências definidas pelo ESTADO. Nesse sentido, analisaremos os aspectos técnicos da proposta apresentada pelo Credit Suisse.

ANÁLISE DA PROPOSTA DO CREDIT SUISSE

O Credit Suisse apresentou proposta para operação de crédito sob a modalidade empréstimo externo sênior bilateral em dólares norte-americanos.





O referido banco é um dos maiores bancos de investimentos globais, com forte presença no mercado brasileiro, onde está presente desde 1997. O Credit Suisse tem grande experiência nas operações nos moldes desenhados pelo ESTADO, tendo realizado a única operação similar até o momento, com a concessão de empréstimo bilateral de até US\$ 1,3 bilhão ao Estado de Minas Gerais para a liquidação do passivo da CRC junto à CEMIG.

A taxa de juros remuneratórios da proposta do Credit Suisse é equivalente ao rendimento (yield) dos títulos soberanos da República de prazos equivalentes acrescido de 2,40% (dois inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano. A taxa de juros final do financiamento será pré-fixada e calculada com base no rendimento dos títulos da República acima referidos na data do desembolso dos recursos para o ESTADO. Na presente data, a taxa de juros é equivalente a 4,75% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano. O prazo de pagamento da proposta é de 180 (cento e oitenta meses), equivalente a 15 (quinze) anos, com até 36 (trinta e seis) meses de carência para o início da amortização, superando o prazo mínimo de carência definido no Ofício. A comissão de estruturação será de 1,25% do principal, valor este que já inclui todas as despesas relacionadas à contratação de advogados externos, agência de classificação de risco e outros profissionais externos para assessorar na elaboração dos documentos da operação.

A análise financeira da proposta demonstra expressiva vantagem em relação ao contrato atual, apresentando valor presente líquido (VPL) do financiamento ofertado na proposta do Credit Suisse inferior ao VPL da dívida atual com a COPEL.

Considerando o saldo atual da dívida com a CRC, a proposta encaminhada pelo Credit Suisse e as projeções de mercado divulgadas pelo Banco Central em 30 de novembro de 2012 para a inflação IGP-DI e para a taxa de câmbio, o VPL da dívida atual é de R\$ 1,54 bilhão, enquanto o VPL da proposta do Credit Suisse é de R\$ 1,01 bilhão, ou seja, haverá **uma redução de 34% do VPL da dívida**, deixando claro a economia financeira para o ESTADO com a substituição da dívida atual.

ANÁLISE DOS FATORES DE RISCO

A dívida atual traz como principal fator de risco uma eventual aceleração da inflação IGP-DI, que elevaria ainda mais o custo da dívida. A nova dívida tem como principal fator de risco a variação da taxa de câmbio. Analisamos esse risco para as finanças do ESTADO de duas formas: (i) simulando qual teria sido o custo da dívida atual caso, na repactuação de 21 de janeiro de 2005, tivesse sido contratada uma dívida nos termos propostos pelo Credit Suisse; e (ii) qual deveria ser a trajetória da taxa de câmbio para os próximos anos para que o VPL esperado da dívida atual seja equivalente ao VPL esperado para a nova dívida.



No primeiro cenário, considerando todas as parcelas pagas entre janeiro de 2005 e novembro de 2012, o VPL dos montantes pagos em uma dívida contraída em dólares norte-americanos com juros de 4,75% ao ano teria sido cerca de R\$ 680,0 milhões inferior ao efetivamente pago pelo ESTADO à COPEL em função da dívida contratada com custo de IGP-DI + 6,65% ao ano, evidenciando o benefício econômico expressivo mais do que compensando a exposição à taxa de câmbio.

No segundo cenário, consideram-se as projeções de mercado para a inflação IGP-DI divulgadas pelo Banco Central para se estimar o custo da dívida atual e, para o financiamento novo, calculamos qual deveria ser a dinâmica da taxa de câmbio para os próximos anos de tal forma que a economia com o novo financiamento seja eliminado. Nesse cenário, a taxa de câmbio teria de se depreciar continuamente cerca de 5,60% ao ano de 2013 em diante, atingindo R\$ 4,70/US\$ no fim de 2027. Ainda nesse cenário extremo, a dívida nos termos atuais teria VPL igual à dívida do novo financiamento, evidenciando o quão extremo teria de ser o cenário para que a o novo financiamento deixasse de ser mais vantajoso economicamente para o ESTADO. Além disso, em um cenário de desvalorização tão significativa da taxa de câmbio, a inflação IGP-DI teria sido muito superior às projeções divulgadas atualmente pelo Banco Central, o que contribuiria para elevar também o VPL da dívida atual, fator que não foi levado em consideração nesta análise.

CONCLUSÃO

Concluída a análise econômico-financeira da proposta de financiamento encaminhada pelo Credit Suisse, o ESTADO está convicto de que a melhor solução para o estado é contratar a operação de financiamento bilateral para liquidar antecipadamente a dívida junto à COPEL. A proposta firme do banco ofertou taxa de juros remuneratórios compatíveis com operações similares realizadas recentemente, inclusive a operação similar realizada pelo Estado de Minas Gerais, junto ao mesmo banco, para liquidar o passivo junto à CEMIG.

Além da significativa redução dos custos financeiros da dívida pública estadual, o pagamento antecipado permitirá ampliar os investimentos do ESTADO com a redução da despesa financeira e permitirá também um aporte de recursos na COPEL capacitando a companhia para enfrentar os desafios recentes introduzidos pelo novo ambiente das renovações das concessões que pressionarão negativamente o fluxo de caixa da Companhia nos próximos anos.

A proposta consiste em um empréstimo sênior bilateral no valor em dólares equivalente a até R\$ 1,5 bilhão, que será integralmente utilizado para liquidar o passivo do ESTADO junto a COPEL. O financiamento exige, em contrapartida, que o empréstimo, além das garantias do ESTADO já constantes no contrato atual, conte também com garantia da República. A proposta atende plenamente aos condicionantes financeiros e legais específicos do Anteprojeto e atende ao princípio da economicidade para o erário público.



Está demonstrado na proposta firme que o Valor Presente Líquido (VPL) é menor do que o da dívida atual. Portanto, o custo financeiro do novo contrato será inferior ao do atual, gerando, por conseguinte, vantagens ao ESTADO. A contratação da operação reduzirá consideravelmente os custos financeiros do ESTADO com pagamento da dívida pública e o percentual da receita estadual que atualmente é comprometido com pagamento da dívida.

Nesse sentido, o ESTADO encaminhará projeto de lei para a Assembleia Estadual solicitando a autorização para captação dos recursos nos termos da proposta do Credit Suisse.

A proposta firme selecionada nesta Nota Técnica deverá ser apresentada à análise financeira e jurídica da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que emitirão seus respectivos pareceres indicativos de aprovação, a fim de serem encaminhados posteriormente para deliberação do Senado Federal. No pleito de verificação de limites a ser formulado à Secretaria do Tesouro Nacional, recomenda-se seja solicitada a garantia da República para a proposta selecionada."

Diante do exposto é que apresento o presente Anteprojeto de Lei para aprovação dessa Casa de Leis.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 653/12

Projeto de Lei nº.653/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 099 /12

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito externo com o Banco Credit Suisse – AG, destinada à reestruturação da dívida CRC – COPEL, e dá outras providências.

EMENTA: AUTORIZA PODER EXECUTIVO A REALIZAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO COM O BANCO CREDIT SUISSE – AG. REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA CRC - COPEL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 87, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ARTS. 14, 15, 29 E 32 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo autorizar o Poder Executivo a realizar a operação de crédito externo com o Banco Credit Suisse – AG, em valor equivalente a até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), a serem convertidos em dólares norte-americanos pela taxa de câmbio em vigor a época do desembolso, destinados à reestruturação da dívida de responsabilidade do Estado do Paraná oriunda do Termo de Ajuste celebrado com a Companhia Paranaense de Energia – COPEL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, Inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (Grifo Nosso).

II - orçamento; (Grifo Nosso).

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa, (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

executivo realiza-las.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Não obstante, a Lei Complementar Federal nº 101/00, conceitua operação de crédito:

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações semelhantes, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento da exigência dos arts. 15 e 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Cabe ao Ministério da Fazenda verificar o cumprimento dos limites e as condições à realização da operação de crédito, conforme determina o art. 32 da Lei Complementar supramencionada:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que **competete privativamente ao Governador do Estado** iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição, bem como realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia, nos termos do artigo 87, vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de Dezembro 2012.




DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente



DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

Relator



APROVADO

18.12.12